

SCHIAPPA, Bruno

*A dimensão teatral do Auto da Fé*

Lisboa: Edições Colibri, 2018. 247 p. ISBN 978-989-689-782-6

JOÃO FURTADO MARTINS

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9767>

CLEPUL-UL;

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-4117-2787>

Bruno Schiappa escolheu incidir o seu estudo na dimensão teatral do auto da fé, como explicita o título da sua obra. Salientamos o contributo interdisciplinar do autor, enquanto especialista na área do teatro, que permite um olhar para a questão sob um prisma diferente do que é dado tradicionalmente pelo historiador, que enriquece e abre caminho para novas leituras do auto da fé como celebração maior do Santo Ofício. Podemos encontrar um texto muito bem escrito e estruturado, com analogias bem fundamentadas.

O auto da fé foi uma cerimónia organizada pelo Santo Ofício de forma cíclica, tendo por objetivo apresentar os condenados e as suas penas, visando, desse modo, disciplinar os condenados e a plateia de assistentes. Eis o tema estudado por Bruno Schiappa, que explorou a dimensão teatral, ritual e de poder, deste rito maior da Inquisição. No primeiro capítulo, é-nos dado a conhecer a história e estrutura do auto da fé, particularizando-se a sua ocorrência em Portugal. Contamos com uma apresentação dos trâmites processuais até à confluência na cerimónia propriamente dita. Para depois se fazer caminho pelas etapas da celebração, vista como um ato teatral, tal como o auto sacramental ou dos mistérios, com a diferença de que no caso em apreço, os atores não desempenhavam papéis fictícios, mas viviam sim a sua dura realidade, como é devidamente explicitado pelo autor. Neste primeiro capítulo, Bruno Schiappa refere as diferenças entre autos da fé públicos e privados, chamando a atenção para o facto de, no segundo caso, serem realizados quando havia poucas pessoas. O mesmo acontecia quando entre os réus se contavam membros do clero ou da nobreza, com o objetivo de impedir o escândalo de uma exposição pública, e apenas em alguns crimes, facto descuro pelo autor. Seguidamente, na página 35, é referido um “renascimento” da Inquisição, após o exílio do Marquês de Pombal...”, entre o reinado de D. Maria I e de D. João VI. Segundo os estudos realizados sobre a atuação do Santo Ofício para esse período e aqui destacamos a obra de Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (Giuseppe Marcocci, José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, pp. 359-404), esse renascimento não se verifica. Após o Regimento de 1774, o Santo Ofício vai paulatinamente perdendo o seu poder a nível persecutório e de prestígio dos seus agentes e ministros, até à sua extinção. A isto está associada a “perda” da principal razão da existência desta instituição. Falamos do término da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, decretada em 1773.

Na página 38 quando o autor estrutura as etapas anteriores ao auto da fé, dá a entender que as denúncias só podiam ser realizadas por determinado período de tempo após o édito da fé e seguindo este raciocínio, antes do édito não haveriam delações. Esta posição não é correta, pois o Tribunal estava sempre recetivo a receber denúncias e até apresentações voluntárias dos prevaricadores. Era um ato contínuo no tempo. Seguidamente, nas páginas 41 e 45, o autor refere que a maioria dos autos da fé seriam realizados no Terreiro do Paço, não especificando em que momento. No entanto, a escolha dessa praça não foi a principal opção, conforme analisado em trabalhos já publicados como no artigo de Isabel Drumond Braga (Isabel Drumond Braga – Representação, Poder e Espectáculo: O Auto da Fé. In *Turres Veteras. História das Festas*. Coordenação de Carlos Guardado da Silva, Lisboa; Torres Vedras: Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2006, p.179). Na obra em análise, foca-se bastante o aspeto da tortura ligada ao Santo Ofício, dando a entender que seria uma etapa obrigatória durante o decorrer do processo, o que não se verifica. O autor trata os cristãos-novos por judeus, o que confere um erro.

No segundo capítulo é abordado o conceito de teatralidade e a sua relação com a ritualística. A teatralidade é composta por encenação, representação e espetáculo, conceitos definidos pelo autor ao longo do texto, deixando depois explícita a sua relação com o auto da fé. Da encenação faziam parte a organização dos momentos do desenrolar da cerimónia, mas também a disposição dos lugares da assistência convidada, entre o clero, a nobreza e a realeza, todos colocados de forma a respeitar a hierarquia social. Os condenados tinham também lugares estabelecidos de acordo com as características dos delitos cometidos. A representação era dirigida pelos inquisidores que na linguagem teatral seriam os encenadores e os condenados como atores que agiam de acordo com o que era apreendido ao assistirem a autos anteriores. O texto que sustentava a representação era a pregação. Segundo a investigação do autor, o termo “teatro” associado ao auto da fé, em termos de local onde iria decorrer e em relação ao espetáculo propriamente dito, encontra-se em documentação dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente em relatos de estrangeiros de passagem por Portugal e em manuscritos do próprio Santo Ofício. O auto da fé como teatro é sustentado por Bruno Schiappa, através de outros elementos como a construção de palcos efémeros; a nível de organização existia similitudes as festas religiosas parateatrais; a escolha do local e do horário de exibição e a divulgação.

Na terceira parte do trabalho, é demonstrado como o efeito do espetáculo em questão na assistência não era deixado ao acaso, mas sim preparado. É feita uma comparação com os princípios aristotélicos da tragédia grega, em que existe a intenção de que o espectador sinta piedade pelo que está a observar e ao mesmo tempo, medo que o mesmo lhe aconteça, produzindo um efeito catártico. Refere o autor que o auto da fé funcionava como método de correção, nivelando e restaurando emoções, tal como era o comportamento esperado de quem assistisse às tragédias gregas. Havia ainda neste tipo de teatro, que prevaleceu até ao século XVIII, a intenção de demonstrar um modelo de funcionamento da sociedade. Tendo por objetivo justificar as afirmações acima proferidas, Bruno Schiappa indica os pontos de convergência entre o efeito de catarse da tragédia grega e o que se pretendia transmitir ao público dos autos da fé.

---

Outro elemento destacado é o do conflito como gerador de violência entre os três componentes do auto da fé: hereges, Santo Ofício e população, incidindo-se no conceito de *pathos*, aqui com o significado de mudança de estado emocional, tendo como ignição o sofrimento infligido, que no final levará ao restabelecimento da ordem social e da conduta individual. Na quarta parte do presente trabalho em análise é explorado o conceito de sociedade do espetáculo com especial incidência na Época Moderna em Portugal, em particular durante o reinado de D. João V. O autor traça um panorama da cultura nesse período, salientando a integração cada vez mais generalizada do teatro público acompanhando inversamente a importância remetida aos autos da fé, que eram cada vez mais de índole privada.

Bruno Schiappa finaliza o seu estudo dissertando sobre a teatralidade do poder no auto da fé, demonstrando-a pela hierarquização de funções e ações e pela organização do espaço que permitia a participação do público, onde se estabeleciam os laços de compromisso com a ordem vigente. O trabalho realizado pelo autor revela-se rico em fontes a partir de arquivos nacionais e internacionais, nomeadamente do Arquivo Secreto do Vaticano e do Arquivo da Congregação para a Doutrina da Fé, com uma bibliografia ampla sobre os assuntos em questão.